

PSDB ameaça, Arruda sai e acordo no Senado fica mais difícil

Ricardo Amaral
De Brasília

A rápida reação dos deputados do PSDB, que ontem à tarde formalizaram um pedido de expulsão do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), desfez as manobras em curso para partidariar a crise do Senado e aliviar o destino de Arruda e do ex-presidente Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Depois que Arruda confessou sua participação na quebra do sigilo do voto dos senadores, acusando Antonio Carlos de cumplicidade, ministros do PSDB e o próprio Arruda aguardavam uma reação de indulgência do PSDB, que beneficiaria os dois envolvidos. Arruda pediu desligamento do PSDB, a manobra falhou e expôs a desordenação política do governo.

Desde quinta-feira passada deputados tucanos estavam aconselhando Arruda a renunciar ao mandato, o que evitaria o processo de cassação e perda dos direitos políticos por oito anos. "Ele fez o serviço pela metade", criticou o deputado João Almeida

(PSDB-DF). "Continuou mentindo, não renunciou e estava comprometendo todo o partido e o governo também". O líder Jutahy Magalhães reuniu mais de 80 deputados para discutir a crise. Lúcia Vânia (PSDB-GO) declarou abstenção por ser amiga do senador. Todos os demais apoiaram a proposta de expulsão. Antecipando-se ao processo, Arruda comunicou ao líder Sergio Machado (CE) seu pedido de desligamento, aceito imediatamente.

O isolamento político de Arruda em nada ajuda a defesa de Antonio Carlos, que deve depor amanhã no Conselho de Ética. "Tenho retificações ao discurso de Arruda e ratificações ao depoimento de Regina (Borges, ex-diretora do Prodasen, que incriminou os dois senadores na violação do painel)", disse. "Os dois estão amarrados nessa história", disse Pedro Piva (PSDB-SP). "A confissão de Arruda pode não ter sido completa, mas enredou Antonio Carlos, o único que ainda tem que se explicar", disse Paulo Hartung (PPS-ES).

A expectativa entre os senado-

res é de que Antonio Carlos politize sua defesa, tentando inclusive comprometer o presidente Fernando Henrique Cardoso, pela participação do ex-líder Arruda na violação. Antonio Carlos disse a outros senadores que Regina Borges teria violado o painel em outras ocasiões, além da sessão que cassou Luiz Estevão em junho do ano passado. Foi aconselhado a não usar o argumento, que poderia incriminá-lo.

O Senado continua girando em torno da crise do painel. Um endereço da internet dava acesso, ontem à tarde, a uma lista de votação que seria a da sessão secreta, mas nenhum senador confirmou sua veracidade. Nessa lista, o voto da senadora Heloísa Helena (PT-SP) é pela cassação de Luiz Estevão. Heloísa Helena e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediram que a lista verdadeira fosse recuperada nos computadores e divulgada oficialmente. Jader Barbalho indeferiu o pedido, afirmando que isso seria violar a Constituição.

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP) insiste, no

entanto, em recuperar a lista como parte das investigação. Ele mandou ofício ao diretor da Polícia Federal, Agílio Monteiro, para que recuperasse a lista em disquetes fornecidos pelo marido da ex-diretora do Prodasen, Ivar Monteiro. "Se fizer isso, você será o terceiro senador a violar o sigilo", advertiu Ramez Tebet (PMDB-MT), presidente do Conselho de Ética. "Acho que já temos elementos para enquadrar os envolvidos no artigo 288 do Código Penal, por formação de quadrilha", disse Tuma ontem, corrigindo sua atitude da véspera, quando dissera que os réus confessos poderiam ter redução de pena pela colaboração.

Ivar confirmou em depoimento no Conselho de Ética a versão de Regina Borges: disse que o senador Arruda determinou sim a quebra do sigilo e não apenas "perguntou" se seria possível, como Arruda sustentara em seu discurso de confissão. Ministros que anteontem defendiam a indulgência com o ex-líder, como Pimenta da Veiga e José Gregori, calaram-se ontem.